



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 01/02/2019



Como Construir Cidades Mais Resilientes Um Manual Para Líderes do Governo Local

Uma Contribuição para a Campanha Mundial de 2010-2020

Construir Cidades Resilientes – “A Minha Cidade Está a Preparar-se!”



Este Manual é projetado principalmente para líderes e responsáveis políticos locais. Procura apoiar a política pública e a tomada de decisões para que possam implementar atividades para reduzir o risco de catástrofe e construir resiliência. Estabelece orientação prática para colocar os “Dez Princípios para Construir Cidades Resilientes”, em ação. Desde a primeira edição do Manual, os governos locais de todo o mundo têm formas concretas de reduzir o risco de catástrofe e aumentar a resiliência. Resiliência – conforme acordado através de um processo intergovernamental – é “a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a perigos para resistir, absorver, acomodar, adaptar, transformar e recuperar dos efeitos desse mesmo perigo de forma oportuna e eficiente.” Não há uma solução definitiva para alcançar a resiliência. Os atores do governo local determinarão como essas ações se aplicam aos seus próprios contextos e capacidades. No cenário urbano, a gestão de riscos é uma parte essencial da construção de resiliência. Este Manual mostra o conhecimento e a experiência de várias cidades da campanha. Ele responde ao apelo para um melhor acesso a recursos de informação e conhecimento e ferramentas para lidar com os impactos dos perigos naturais e das alterações climáticas. Fornece uma visão geral das estratégias e ações fundamentais como parte de uma estratégia global de desenvolvimento urbano sustentável. O anexo deste Manual contém ligações para ferramentas, recursos e exemplos de cidades parceiras. Uma plataforma de informação baseada na internet, onde cidades e governos locais podem compartilhar suas próprias ferramentas, planos, regulamentos e práticas complementa o Manual (disponível em www.unisdr.org/campanha). Ao longo do Manual, referimos a “cidades” e “governos locais”. A abordagem à resiliência, conforme descrito, também se aplica às administrações sub-nacionais de diferentes dimensões e níveis, inclusive a nível regional, provincial e metropolitano, municipal, e de aldeia.

FONTE: https://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/assets/documents/guidelines/Handbook%20for%20local%20government%20leaders%20%5b2017%20Edition%5d_PT_Jan2019.pdf



Rio Preto conquista 1º lugar no Município VerdeAzul

São José do Rio Preto tem a melhor gestão ambiental do Estado de São Paulo. O município conquistou o inédito 1.º lugar no Programa Município VerdeAzul (PMVA).

O ranking 2018 do PMVA foi anunciado na tarde desta quinta-feira, 20 de dezembro, em São Paulo. A certificação é concedida pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

A cerimônia de certificação do PMVA foi realizada no Palácio dos Bandeirantes com a presença do Governador, Márcio França e do Secretário Estadual do Meio Ambiente, Eduardo Trani. O certificado de Rio Preto foi entregue ao prefeito Edinho Araújo e à Secretária do Meio Ambiente e Urbanismo, Kátia Penteado.

Esta é a melhor colocação de Rio Preto no ranking do Programa Município VerdeAzul, desde a sua criação em 2007. Em 2017, o município já tinha alcançado um importante avanço, e chegou ao 14º lugar, avançando 18 posições em relação ao ano anterior. Neste

ano, o avanço foi de mais treze posições, o que levou a cidade ao primeiro lugar do ranking. É uma trajetória de ascensão no setor ambiental importante, visto que em 2016, último ano da gestão anterior, a cidade figurava em 30.º lugar.

Para o prefeito Edinho Araújo essa é uma importante conquista de Rio Preto e para Rio Preto, pois representa os esforços tanto do governo municipal por meio de diversas ações intersetoriais reunindo diversas secretarias, órgãos, autarquias e a sociedade civil. “Rio Preto é a segunda cidade do Estado a aderir aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, junto a isso temos todo o trabalho para o Município VerdeAzul, e é essa união de esforços que tem transformado nossa cidade para o futuro com sustentabilidade e qualidade de vida para todos”, comemorou Edinho.

A Secretária Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo, Kátia Penteado, reiterou as afirmações do prefeito e citou diversos projetos e ações que estão sendo implantados e/ou desenvolvidos na cidade e contribuíram para essa subida no ranking. “Temos muitas ações e projetos e todos são importantes mas destacaria aprovação do Plano Municipal de Conservação da Mata Atlântica e do Cerrado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, o Programa Viveiro Itinerante, o Plano Diretor de Arborização Urbana(PDAU), o Plano Municipal de Saneamento Básico do Município, além da Ampliação da ETE Rio Preto e da capacidade de captação da ETA – Palácio das Águas. Ainda temos muito a avançar, mas estamos no caminho certo”, destacou Kátia.

O prefeito recebeu também o prêmio Franco Montoro pela melhor colocação na bacia hidrográfica do Turvo/Grande, do qual é presidente.

O Ranking

O Ranking Ambiental é resultado da avaliação técnica das informações fornecidas pelos municípios, com critérios pré-estabelecidos de medição da eficácia das ações executadas. O Indicador de Avaliação Ambiental – IAA é publicado para que o poder público e toda a população possam utilizá-lo como norteador na formulação e aprimoramento de políticas públicas e demais ações sustentáveis.

O primeiro Ranking Ambiental do PMVA foi anunciado em 2008, com a certificação de 44 municípios, o último foi em 2017 e certificou 48 municípios.

O Programa

Lançado em 2007 pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Programa Município VerdeAzul – PMVA tem o inovador propósito de medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda ambiental nos municípios.

Assim, o principal objetivo do PMVA é estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Estado.

As ações propostas pelo PMVA compõem as dez Diretivas norteadoras da agenda ambiental local, abrangendo os seguintes temas estratégicos: Esgoto Tratado, Resíduos Sólidos, Biodiversidade, Arborização Urbana, Educação Ambiental, Cidade Sustentável, Gestão das Águas, Qualidade do Ar, Estrutura Ambiental e Conselho Ambiental. A equipe técnica do PMVA oferece capacitação técnica aos interlocutores indicados pela municipalidade e, ao final de cada ciclo anual, publica o “Ranking Ambiental dos municípios paulistas”.

Josy de Sá

FONTE: <https://www.riopreto.sp.gov.br/rio-preto-conquista-1o-lugar-no-municipio-verdeazul/>



EUA: Commonwealth of Pennsylvania 2018, plano estadual de mitigação de riscos

Este Plano de Mitigação de Riscos foi desenvolvido com a finalidade de:

Identificando os perigos presentes na Commonwealth.

Determinar as áreas afetadas por perigos identificados que afetam a vida e a propriedade dos cidadãos da Pensilvânia.

Avaliar o que foi e deve ser feito para reduzir ou eliminar o impacto de perigos identificados em cidadãos da Pensilvânia.

Desenvolver e implementar um plano de ação de mitigação de riscos para tornar os cidadãos da Pensilvânia mais seguros no futuro.

Qualificação para financiamento de subsídios pré-desastre e pós-desastre.

Cumprir os requisitos legislativos estaduais e federais relacionados ao planejamento de mitigação de riscos do estado.

Demonstrar um firme compromisso com os princípios de mitigação de riscos e capacitação para melhorar e completar mais projetos de mitigação.

Promover a colaboração e cooperação através de um processo de planejamento robusto e contínuo.

Melhorando a resiliência da comunidade após um evento de desastre.

FONTE: <https://pahmp.com/wp-content/uploads/2018/10/PA-2018-Approved-HMP.pdf>

Riscos naturais e políticas de redução de riscos de desastres

O objetivo deste livro é documentar vários estudos de casos de diferentes regiões do mundo que buscam redução do risco de desastres por meio de atividades de preparação, mitigação, resposta a emergências e recuperação. O volume contém 14 capítulos divididos em três seções:

1. percepção de risco de desastre
2. planejamento e gerenciamento de desastres
3. mitigação e preparação para desastres

As perspectivas do livro abrangem várias dimensões do risco de desastres, fornecendo, a partir de então, um amplo panorama das atuais iniciativas de pesquisa na Itália e em outros países. Estas vão desde as causas básicas da vulnerabilidade e percepção de risco das pessoas a informações e questões mais amplas relacionadas à governança. Esses tópicos são abordados a partir de perspectivas empíricas e teóricas, fornecendo assim uma gama de visões diversas e únicas para informar como compreendemos o risco de desastres.

Os ensaios do livro, que constituem os capítulos, contribuem para o atual debate científico sobre ecologia de desastres, explorando estratégias e a capacidade das comunidades locais de se ajustarem a perigos e desastres. Uma linha comum entre os diferentes estudos de caso é a necessidade de as pessoas definirem seus direitos e responsabilidades na dinâmica ambiental, incluindo eventos extremos e desastres. No final, a escolha de como lidar com riscos, vulnerabilidade e desastres destaca a natureza ética da redução do risco de desastres.

FONTE: <http://www.ilsileno.it/geographiesoftheanthropocene/Natural%20Hazards%20and%20Disaster%20Risk%20Reduction%20Policies.pdf>



18 distritos moderadamente afetados - o terremoto de Gorkha, Nepal, 2015

O terremoto de Gorkha, que atingiu o Nepal em 25 de abril de 2015, causou danos generalizados e perda de vidas em quase 50% do país. Uma Avaliação de Necessidades Pós-Desastres (PDNA) identificou 32 distritos afetados pelo terremoto, em cinco

categorias diferentes de impacto: severamente atingidos, atingidos pela crise, atingidos por grandes perdas, atingidos e levemente afetados.

Este relatório concentra-se nos distritos moderadamente ou menos afetados; aqueles nas categorias 'hit with heavy losses', 'hit' e 'ligeiramente afetado'. Comparando os dados de desembolso de subsídios para os 14 distritos mais afetados e os 18 distritos moderadamente afetados, fica claro que há uma grande diferença no progresso entre os dois grupos.

Devido às lacunas de financiamento, a Plataforma de Recuperação e Reconstrução da Habitação (HRRP) não tem presença nos 18 distritos moderadamente afetados, mas em fevereiro, março e abril de 2018, a HRRP realizou visitas de campo a todos esses distritos para documentar o status de reconstrução e identificar oportunidades para abordar questões relacionadas à reconstrução de moradias. Esta visão geral atualizada é baseada nas informações coletadas durante as visitas de campo, informações coletadas em julho de 2018 por meio de uma pesquisa com a NRA, Building Engineers da DLPIU e análises adicionais conduzidas pela equipe de HRRP em nível nacional.

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/63268_18moderatelyaffecteddistrictsovervi.pdf



Waste Crime - Riscos de resíduos Lacunas no cumprimento do Desafio Global de Desperdício: Uma Avaliação Rápida de Resposta

Mais do que nunca, nosso futuro depende de como administramos o futuro de nossos resíduos. Como parte integrante do desenvolvimento sustentável, a gestão eficaz de resíduos pode reduzir nossa pegada global. Ignorar ou negligenciar os desafios do desperdício, no entanto, pode levar a consequências significativas para a saúde, o meio ambiente e a economia.

Os resíduos cobrem um espectro muito amplo de materiais descartados que vão desde o municipal, elétrico e eletrônico, industrial e agrícola, até novos tipos, incluindo pesticidas falsificados. Também inclui tudo em tamanho e escala de navios desativados, resíduos de petróleo ou líquidos, centenas de milhões de telefones celulares a bilhões de pneus de carros usados.

FONTE: file:///C:/Users/PC/Downloads/-Waste_Crime_-_Waste_Risks_Gaps_in_Meeting_the_Global_Waste_Challenge_a_Rapid_Response_As.pdf



Padrões de inclusão humanitária para pessoas idosas e pessoas com deficiência

Globalmente, cerca de 15 por cento da população vive com algum tipo de deficiência. Estima-se que 13 por cento das pessoas em todo o mundo têm mais de 60 anos. Mais de 46 por cento das pessoas com mais de 60 anos têm uma deficiência.

Os princípios humanitários exigem que a assistência e a proteção humanitária sejam fornecidas com base na necessidade, sem discriminação. Ninguém deve ser excluído da ação humanitária, deliberada ou inadvertidamente. No entanto, ainda há capacidade limitada entre os atores humanitários para cumprir esse compromisso. A discriminação baseada na deficiência, idade e gênero frequentemente se combina com outras formas de discriminação para negar aos idosos e às pessoas com deficiência o direito à assistência e participação em ações humanitárias.

FONTE: https://www.cbm.org/article/downloads/54741/Humanitarian_inclusion_standards_for_older_people_and_people_with_disabi....pdf



Manual Esfera

Esta edição da esfera Manual é o resultado da mais diversificada e abrangente processo de consulta na história da esfera. Quase 4.500 comentários online foram recebidos de 190 organizações e mais de 1.400 pessoas participaram 60 eventos presenciais hospedados por parceiros em 40 países. Esfera agradavelmente reconhece o escala e amplitude das contribuições feitas, inclusive de nacional, local e internacional ONGs, autoridades nacionais e ministérios, Cruz Vermelha e Vermelho Sociedades Crescentes, Universidades, Organizações da ONU e indivíduos praticantes.

FONTE: <file:///C:/Users/PC/Downloads/Sphere-Handbook-2018-EN.pdf>

EVENTOS



CEPAL recebe inscrições para 20ª edição de curso sobre economias latino-americanas

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) deu início ao período de candidaturas para a edição deste ano de seu curso sobre economias latino-americanas, um programa de formação dirigido a jovens pesquisadores, graduados e pós-graduados, interessados em estudar o processo de desenvolvimento na região.

A vigésima edição do curso ocorrerá entre 15 de julho e 30 de setembro na sede do organismo regional das Nações Unidas em Santiago, no Chile.

As candidaturas poderão ser feitas pela Internet até 12 de abril. A lista de pessoas selecionadas será publicada no site da CEPAL em 19 de abril.

O curso, coordenado pela Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial da CEPAL, foi criado em 2000 e desde então teve a participação de mais de 500 estudantes de 35 países e de diferentes universidades do mundo.

As aulas, em espanhol e inglês, são ministradas por pesquisadores da CEPAL e por prestigiados professores de diversas universidades, tanto da América Latina e do Caribe como de outras regiões.

Trata-se de um espaço de pensamento plural que promove discussão, reflexão, geração e intercâmbio de ideias sobre os problemas latino-americanos, com base nos aportes especializados das diferentes divisões da CEPAL e os avanços na fronteira da pesquisa acadêmica.

A nova edição do curso tem colaboração do Institute for New Economic Thinking.

A inscrição e o curso estão isentos de pagamento. Os participantes precisam arcar com os custos de transporte, viagem, acomodação e hospedagem.

FONTE: <https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-abre-postulaciones-la-vigesima-edicion-su-escuela-verano-economias>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>